

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.656 - MS (2020/0010675-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : RONALDO MACHADO CORREA JUNIOR
AGRAVANTE : RONALDO MACHADO CORREA JUNIOR
ADVOGADOS : DENISE FELICIO COELHO - MS011571
VANESSA RIBEIRO LOPES - MS007878
AGRAVADO : INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO : SYDNEY AGUILERA E OUTRO(S) - MS005030
AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORE : SENISE FREIRE CHACHA - MS004250
S
SAMARA MAGALHÃES DE CARVALHO E OUTRO(S) - MS012977

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por RONALDO MACHADO CORREA JUNIOR e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL DA PARTE AUTORA – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CONDUTA ILÍCITA NÃO VERIFICADA – DEVER DE REPARAÇÃO DE DANOS NÃO CONFIGURADO – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA – APELO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Não se pode atribuir à autarquia ré a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente suportados pelos autores, porquanto não restou verificado que sua conduta foi morosa e/ou desidiosa a caracterizar violação ao princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição da República, tampouco que desdobrou na conduta ilegal de outrem.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927, ambos do CC, e 489, § 1º, do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s)

Os Recorrentes interpuseram ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de autuação e embargo de sua atividade econômica efetuados pelo IMASUL, autarquia do Estado de Mato Grosso do Sul (órgão ambiental estadual), que gerou inúmeros prejuízos materiais e morais comprovados nos autos, sendo as autuações absolutamente improcedentes, como declaradas pelo próprio órgão ambiental

administrativamente nas decisões que anularam as autuações.

[...]

O fato aqui está claro e incontroverso: a parte estava em processo de licenciamento das carvoarias, e foi autuada e embargada sua atividade enquanto havia uma normativa estadual que impedia que fosse autuada desde que realizado o Cadastramento perante o órgão ambiental até determinada data no Estado de Mato Grosso do Sul, e das autuações EQUIVOCADAS (tanto que foram canceladas, fato também irrefragável) foram gerados vários danos comprovados e não contestados.

[...]

A pretensão dos autores não está baseada no processo de licenciamento moroso, está baseada na autuação ilegal do IMASUL, que gerou danos aos Recorrentes. Não há como manter-se uma decisão que não considera como contrária ao direito autuação quando havia normativa que proibia a autuação o IMASUL efetuou autuações e embargo da atividade econômica sendo que o próprio Estado tinha normativa que preconizava que não haveria sanções no caso em concreto, se o administrado cumprisse o prazo para o cadastramento de sua atividade. (fl. 1.222-1.229).

É o relatório. Decido.

Na espécie, quanto aos arts. 186 e 927, ambos do CC, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Diante desse cenário, verifica-se que, para ser concluído, o processo de autorização passou por análise jurídica e técnica, além de demandar a solução de pendências pelos próprios autores, o que se revelou plenamente justificável frente a necessidade de proteção do bem jurídico tutelado, qual seja, o meio ambiente.

Evidentemente foi indispensável analisar, dentre outros requisitos, se área onde era exercida a atividade pelos autores encontrava-se em perímetro de preservação ambiental, bem como regularizar documentos probatórios das fontes legais de suprimento de matéria prima.

Portanto, a alegada morosidade na expedição da autorização ambiental revelou-se, em verdade, regular prática administrativa e, portanto, não é passível de ocasionar os danos mencionados pelos autores.

De outro lado, a alegada conduta comissiva do réu, por ter supostamente descumprido normativa que impedia qualquer sanção no período em que houveram as autuações, não foi verificada.

Isto porque, diferentemente do que afirmam, nenhuma penalidade fora, de fato, aplicada pela ré aos autores.

Extraí-se dos documentos acostados à inicial que nas esferas criminal, cível e administrativa não houve o reconhecimento de irregularidade, aplicação de multas ou qualquer outro tipo de sanção.

Ademais, a mera instauração de inquérito policial para a apuração do fato tido como ilícito ambiental, ou mesmo a distribuição de ação civil pública visando apurar atos de danos ambientais, decorreu do dever legal de proteger bem de interesse público, qual seja, o meio ambiente.

Não se pode olvidar que a atividade exercida pelos autores pode ser lesiva ao meio ambiente, razão pela qual incumbe ao Poder Público e à

coletividade, defendê-lo e preservá-lo, nos termos do art. 225 da Constituição da Federal 1 .

A conduta da Polícia Militar Ambiental e do próprio Ministério Público teve como finalidade apurar os fatos supostamente ilícitos, no exercício regular do poder de polícia e em estrito cumprimento do dever legal, sem exorbitar os limites de suas atribuições. Tanto que, a inexistência de ilícitos apurada, culminou na improcedência dos dois autos de infração lavrados contra os autores, bem como na extinção da ação civil pública.

[...].

Portanto, não se pode atribuir à autarquia ré a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente suportados pelos autores, porquanto não restou verificado que sua conduta foi morosa e desidiosa a caracterizar violação ao princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição da República, tampouco que desdobrou na conduta ilegal de outrem (fls. 1160/1162).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.365.794/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 9/12/2013; AgRg no Ag 1.408.221/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/6/2012; AgInt no REsp 1.785.677/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 2/9/2019; AgInt no AREsp 1.486.359/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no REsp 1.652.916/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no AREsp 1.413.617/GO, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/5/2019.

Ademais, em relação ao art. 489, § 1º, do CPC, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que

Superior Tribunal de Justiça

a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente